

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/355769203>

Práticas informacionais, usuário e rale estrutural como não-público: praxiologias restritiva ou receptiva

Chapter · October 2021

CITATIONS

0

READS

63

1 author:



Rodrigo Rabello

University of Brasília

39 PUBLICATIONS 90 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento [View project](#)

**Gabrielle Francinne de S. C. Tanus
Janicy Aparecida Pereira Rocha
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti**
Organizadoras

PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.

2021

Coordenação do Selo
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: <https://www.nyota.com.br/>

Grupos de pesquisa
Informação na Sociedade Contemporânea (ISC/UFRN)
Estudos em práticas informacionais e cultura (EPIC/UFGM)

Comitê Editorial e Científico

Arthur Coelho Bezerra (IBICT)
Diego Andres Salcedo (UFPE)
Gabrielle Francinne de S. C. Tanus (UFRN)
Hélio Márcio Pajéu (UFPE)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti (UEL)
Janicy Aparecida Pereira Rocha (UNIRIO)
Jaqueline Souza (UFRN)
Lia Vainer Schucman (UFSC)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)

João Arlindo dos Santos Neto (UEL)
Kênia Maia (UFRN)
Luciana de Albuquerque Moreira (UFRN)
Májury K. F. de Oliveira Miranda (UFPE)
Maria Giovanna Guedes Farias (UFC)
Marianna Zattar (UFRJ)
Monica M. Carvalho Gallotti (UFRN)
Nancy Sánchez-Tarragó (UFRN)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Dorys Liliانا Henao (U. de A.)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)

Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Bruno Almeida (UFBA)
Samanta Coan (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro; Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

P912

Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas /
Gabrielle Francinne de S. C. Tanus; Janicy Aparecida Pereira Rocha; Ilemar
Christina Lansoni Wey Berti (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora,
2021. (Selo Nyota)
400 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.
ISBN 978-65-87264-54-7 (Impresso)
ISBN 978-65-87264-55-4 (E-book)

1. Ciência da Informação. 2. Práticas informacionais. 3. Ciências Humanas 4.
Ciências Sociais. I. Tanus, Gabrielle Francinne de S. C. (Org.). II. Rocha, Janicy
Aparecida Pereira. (Org.). III. Berti, Ilemar Christina Lansoni. (Org.). IV. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s)
de cada capítulo e às pessoas organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de
distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este
original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2021.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2021.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS, USUÁRIO E RALÉ ESTRUTURAL COMO NÃO-PÚBLICO: PRAXIOLOGIAS RESTRITIVA OU RECEPTIVA

Rodrigo Rabello

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo pretende abordar e refletir sobre desafios para a realização de pesquisas sobre práticas informacionais, considerando grupos caracterizados pela desigualdade e invisibilidade social. Há aqui o interesse de problematizar pressupostos teóricos que restringem ou podem limitar a ação investigativa e/ou de atuação profissional, bem como apresentar alternativas teóricas receptivas de sujeitos e suas práticas, em abordagens agregadoras.

As ciências da informação e da documentação – dentre as quais biblioteconomia, arquivologia, museologia, documentação, ciência da informação, cada qual com sua particularidade – tendem a considerar, em seu quadro teórico, sujeitos que, por suas características sociais, culturais e econômicas, adquirem visibilidade e proeminência como público de interesse.

O público é composto por sujeitos denominados usuários de informação. Estes podem ser pensados em ao menos duas dimensões interdependentes. A primeira tocante à definição constitutiva do usuário de informação e a segunda, como parte daquela, relativa à instituição onde se realizam práticas. Ambas as dimensões são, portanto, relevantes para demarcar o sujeito como usuário e o espaço de atuação e intervenção.

As ciências da informação e da documentação tendem a focar um tipo de espaço em particular para, a partir deste, definir os sujeitos que com ele se relaciona. Esses espaços são as instituições de mediação da informação ou unidades de informação, que podem se configurar como bibliotecas,

centros de documentação, arquivos, museus, produtos e serviços de informação em determinado contexto.

As unidades de informação constituem, elas próprias, sistemas de mediação da informação, já que, com a finalidade de mediação, coletam, selecionam, tratam e disponibilizam conteúdos produzidos e consumidos em determinado contexto ou situação. Aquelas também podem constituir e manter subsistemas mediacionais, como é o caso dos catálogos, bases de dados, acervos e coleções, fundos documentais, dentre outros.

As práticas de mediação são realizadas pelos profissionais de informação e pelos serviços-meio, os quais, ainda que indiretamente, também as fazem. Na relação entre profissionais e serviços-meio, podem ser citados, como exemplo, os produtos e serviços derivados do tratamento da informação. Seus recursos são disponibilizados em meios particulares, como catálogos e bases de dados. Estão inseridos em espaços institucionais particulares, estruturados seguindo alguma lógica e organização direcionada a um determinado público.

Há aqui a consideração de ao menos dois tipos de sujeitos humanos abordados pela literatura das ciências da informação e da documentação: o profissional que trabalha *para e/ou com* a mediação da informação; e o usuário de informação, a quem a informação será mediada. Tais sujeitos, em diferentes graus de relação com o sistema, interferem direta ou indiretamente no seu desenho, gestão, gerenciamento, (re)composição e (re)direcionamento.

Nesse cenário, espaço e profissional são dependentes, ao menos idealmente, dos utilizadores. Se não há demanda social, em tese, não há sentido de existência e manutenção de uma instituição ou sistema de mediação da informação. Tal demanda é criada por ou induzida para um público, isto é, por ou para usuários de informação reais ou potenciais.

Os usuários de informação reais (ou efetivos) são aqueles sujeitos que, depois de realizado algum trabalho de mediação em determinado contexto institucional, utilizam efetivamente espaços e produtos e serviços de informação lá

disponibilizados. Já os usuários de informação potenciais correspondem àqueles sujeitos que, ao possuírem determinados atributos, podem vir a se tornar usuários reais ou efetivos. Se no primeiro caso há utilização do espaço ou de algum produto ou serviço a partir de uma situação de necessidade de informação, no segundo, o uso pode vir a ocorrer potencialmente, ainda que dependente, dentre outros aspectos, de condições prévias dos sujeitos.

Dito de outro modo, os usuários de informação correspondem aos atores principais ou coadjuvantes no cenário de atuação mediacional das unidades e dos sistemas de informação. As práticas informacionais desses atores podem ser estudadas e facilitadas quando há interação destes com o sistema de mediação; ou quando os atributos definidores dos sujeitos podem ser identificados; ou, ainda, quando – e aqui se diferenciando do pressuposto do sistema de mediação – há interação e associação entre sujeitos em sua relação com a informação no contexto de uma comunidade.

Em síntese, o cenário da mediação informacional – composto por instituições, infraestruturas, dispositivos, profissionais mediadores e sujeitos utilizadores – define o público formado por usuários reais ou potenciais. Todavia, faz-se necessário problematizar tais categorias de usuário quando deixam de contemplar outros sujeitos no cenário informacional.

É possível dizer que os sujeitos que permanecem excluídos de qualquer cenário de mediação da informação formam o denominado não-público, constituído por não-usuários. Esses sujeitos – definidos pela negação correspondente – podem ser investigados, p. ex., em termos de invisibilidade de grupos e/ou quando se considera algum tipo de desigualdade social.

O conceito de não-público é abordado por Flusser (1980), inspirado em ideias do educador e filósofo Paulo Freire. Questionando a ausência do não-público em contextos institucionais, Flusser propõe o que, em sua visão, seria particularmente necessário para a valorização de diferentes vivências culturais para a transformação de uma “biblioteca

tradicional” – que desconsidera o não-público – em uma biblioteca receptiva e agregadora, ou seja, uma “biblioteca verdadeiramente pública” ou “biblioteca ação-cultural”.

Para além da desigualdade cultural, que culmina na ideia de não-público, ainda é possível pensar em outros modos de desigualdade e invisibilidade social. Tais modos podem ser estudados em termos de desigualdade de classes sociais. Souza (2011) tem se debruçado, no âmbito do pensamento social brasileiro, sobre tais questões.

Com tal contribuição é possível refletir sobre uma classe social que formaria a base da pirâmide no Brasil. Ela se edificaria tendo como alicerce uma parcela significativa da população. Ela estaria à margem da “sociedade” e apareceria “invisível” aos olhos das camadas superiores da pirâmide. De modo não pejorativo, mas provocativo, Souza (2011) denomina essa classe de “ralé estrutural”, fruto de um passado de escravidão e da formação de um Estado patrimonialista, cujos valores e práticas estão presentes e moldam o pensamento dominante na sociedade brasileira.

Ambos os conceitos – não-público e ralé estrutural – foram empregados por Rabello e Almeida Junior (2020), ao observarem que parte importante do não-público (não-usuários) é constituída pela ralé estrutural. O caráter parcial decorre do fato de que a noção de não-público pode se estender ulteriormente à dimensão da classe social desprivilegiada, já que a não utilização de determinada unidade de informação e de seus produtos e serviços pode ocorrer por motivações diversas, como preconceitos e inadequação institucional.

Segundo a investigação, há limitações inerentes ao conceito de usuário de informação, sendo estas de ordem epistemológica e política, com implicações éticas. Nessa direção, em virtude do pressuposto limitador do construto de usuário de informação, este se apresenta como um imperativo teórico que dificultaria ou impediria conceber a ralé estrutural como público.

Não obstante, considerando tal percurso, pergunta-se: como pensar as práticas informacionais de um grupo que, em

termos teóricos e de atuação institucional, está praticamente invisível socialmente e, por conseguinte, tende a estar fora do alcance dos holofotes das ciências da informação e da documentação?

Há – com tal questionamento – o objetivo de refletir sobre os desafios para o estudo das práticas informacionais, estas pensadas em termos de praxiologias restritiva ou receptiva. Para tanto, o texto propõe uma revisão de literatura não exaustiva, mas que busca trazer luz a pontos de inflexão, quais sejam: a possibilidade de concepção da ralé estrutural como público e, além disso, a receptividade de práticas em cenários diversificados de desigualdade e de invisibilidade social.

2 USUÁRIO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Na presente seção será abordado um aspecto particular relacionado ao conceito de usuário de informação, para, em seguida, estabelecer, preambularmente, caminhos para a relação do conceito com estudos de práticas informacionais. Finaliza apresentando desafios para tais estudos, quando o sujeito se encontra em situação de desigualdade e invisibilidade social.

O estudo de Rabello e Almeida Junior (2020) fundamentou conceitualmente usuário de informação a partir de três argumentos ou aspectos conceituais. Tais aspectos tangenciam a(s): 1. Posição dos sujeitos em modelos que têm o sistema de mediação de informação como pressuposto; 2. Posição dos sujeitos para além dos sistemas, num modelo contextual e situacional ou, numa palavra, social; e 3. Características dos sujeitos segundo sua posição em classes ou campos sociais.⁸

⁸ Os aspectos 1 e 2 e os respectivos enfoques (paradigmas ou modelos) informacionais podem também ser apreciados nos estudos de Ørom (2000), de Capurro (2007), de Araújo (2014), dentre outros. O aspecto 3, tocante às características dos sujeitos, pode ser observado em termos de classes sociais, em Rabello e Almeida Junior (2020), ou em campos bourdieusianos, em Lucas e Silveira (2017).

Nesse momento, o foco será direcionado para o terceiro aspecto conceitual de usuário de informação. Segundo observam Rabello e Almeida Júnior (2020), a abordagem das classes e/ou campos sociais corresponde a um desdobramento que está sob o espectro do modelo social. A seguir serão apresentados elementos da fundamentação daquela pesquisa.

O percurso para essa conceituação de usuário de informação contou com a fundamentação do estudo de Souza (2011), ao abordar a ralé estrutural como uma classe social. Esta estaria subjugada por classes privilegiadas – média e alta –, as quais lançariam mão de violência simbólica de modo a lograr ressonância e aceitação junto à opinião pública.

A proposta se apresenta como uma visão alternativa à ênfase na economia para a definição de classes sociais. A perspectiva economicista, segundo o autor, daria maior ênfase às condições materiais. De modo a considerar outras esferas da vida social para a diferenciação de classes sociais, Souza (2011) recorre à perspectiva multidimensional advinda da noção de “habitus” de Bourdieu. Entretanto, ante a uma suposta restrição praxiológica na concepção bourdieusiana, Souza (2011) caminha para uma ampliação dos sujeitos passíveis de serem investigados ao considerar a ralé estrutural.

Na noção bourdieusiana, o poder simbólico, meio para a violência simbólica, encontra espaço em disposições das relações sociais. Tais relações ocorrem, para Bourdieu, em campos multidimensionais. Neles há a articulação de modos de capital particulares, como é o caso dos capitais simbólico, econômico, cultural, social, para citar aqueles que fundamentaram o estudo de Souza (2011), embora não estivessem nele sistematizados. No quadro, em apêndice, há uma proposta de sistematização, haja vista que parte dos conceitos é empregada no presente texto.

Convergindo com as dimensões propostas por Bourdieu e com a releitura destas realizada por Souza (2011), o terceiro aspecto tocante ao conceito usuário de informação – real ou potencial – foi delimitado considerando-o na condição de

[...] uma expressão empregada segundo características atribuídas a determinado indivíduo com mais ou menos condições materiais – estando ou não em situação de invisibilidade social –, mas que goza de algum capital cultural e social que lhe confere algum privilégio. [Refere-se à] figura de um indivíduo com um ou mais atributos, um sujeito alfabetizado em seu e/ou em outro(s) idioma(s), com hábito ou familiarizado com a leitura ou a fruição de alguma linguagem ou manifestação estética “socialmente” aceita (cinema, teatro, música, literatura, poesia, dentre outras), com certa competência informacional em termos educacionais, científicos, técnicos, tecnológicos, dentre outras. Esse perfil ideal do usuário da informação determina, mesmo que não explicitamente, as bases para políticas de ações e serviços oferecidos nos equipamentos informacionais [...] (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 19).

Essa concepção, ao posicionar o sujeito que utiliza e se apropria da informação – segundo a dinâmica e as condições prévias que o caracterizam – encontra na praxiologia bourdieusiana um referente. Nela, as práticas realizadas são situadas e condicionadas por fatores presentes no tipo de capital incorporado. Como uma característica própria de qualquer capital, ele pode ser acumulado e reconhecido como um valor.

Os modos de disposição para a ação são forjados num sistema de relações sociais. Os usuários de informação reproduzem privilégios, quando pertencentes às classes alta e média. Contam com diferenciais advindos da acumulação de capitais econômico, social, cultural, dentre outros. Como consequência, gozam de hábitos, capacidades e competências incorporadas no bojo da família, das relações sociais, das possibilidades de educação, formação e acesso à informação

e ao conhecimento, além de condições materiais que também permitem, em maior ou menor medida, a manutenção ou ampliação de privilégios.

Em contraponto, o termo *ralé estrutural* foi empregado destacando os sujeitos que, para Souza, evidenciam o maior conflito brasileiro: “o abandono social e político, ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal.” (SOUZA, 2011, p. 21). Nessa reprodução, existe, portanto, “uma sociedade que ‘naturaliza’ a desigualdade e aceita produzir ‘gente’ de um lado e ‘subgente’ de outro.” (SOUZA, 2011, p. 24).

Nessa direção, as classes alta e média – quando não ignoram a classe invisibilizada – consideram a *ralé estrutural* como corpos e músculos, mercadorias desqualificadas, destituída de valor. Com preço módico no mercado de subempregos, a *ralé estrutural* fornece àquelas o dispêndio muscular dos afazeres domésticos, dos serviços da construção civil etc. As classes privilegiadas logram, com isso, o tempo livre necessário para a manutenção de seus privilégios.

Aqueles na base da pirâmide social – se pensados em termos de sujeitos informacionais⁹ – podem resistir (se munidos com informação) quando defrontados com discursos opressores. Os sujeitos se articulam e criam vínculos identitários em relações sociais complexas, dispostas em estruturas socioinformativas e inovativas (RENDÓN-ROJAS; GARCÍA CERVANTES, 2012). Podem admitir “outros sujeitos influentes em políticas informacionais e que atuam em dessemelhantes regimes de informação” (RABELLO, 2017, p. 101). Eles podem, ainda, ser estudados a partir das agências informacionais, expressas, p. ex., em termos de práticas informacionais.

⁹ O termo “sujeito” utilizado em relação à informação ou a algum fenômeno a ela tangente tem nomeado conceitos emergentes para representar aqueles que realizam práticas ou outras intervenções informacionais em determinados contextos (CRUZ; ARAÚJO, 2020).

Os estudos das práticas informacionais, segundo Araújo (2020), reconhecem na praxiologia e no movimento da “práxis” o fundamento da expressão “práticas” em questão. Nessa direção, os estudos seriam marcados pelo pensamento relacional, por disposições sociais de significação para busca e escolha de recursos, por modos de se relacionar com a informação (regras sociais, negociação, legitimação de fontes), dentre outros aspectos.

Depois de resgatar e de traduzir o conceito de Savolainen (2008, p. 2) – a quem as práticas informacionais correspondem a um conjunto de maneiras “social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, como televisão, jornais e a Internet” – e de trazer parte do entendimento desse autor sobre o construcionismo social, Araújo (2020) apresenta contribuições de autores para o campo, tais como os trabalhos de Caidi, Allard e Quirke (2010), de Kalms (2008) e de Floegel e Costello (2019).

Os estudos de práticas informacionais – quando consideram o usuário de informação real ou potencial – abordam as práticas como fenômeno social que, quando compreendido, auxilia o profissional a criar, a manter e a ofertar serviços e recursos em unidades de informação.

Numa outra dimensão, as práticas informacionais podem ser estudadas como um fenômeno social sem necessariamente ter no horizonte uma aplicação ou preocupação com o funcionamento de alguma unidade ou sistema de mediação da informação.

Há, todavia, em ambas as possibilidades, questões com implicações epistemológicas, políticas e éticas expressas, p. ex., nas seguintes perguntas: Como pensar os sujeitos na condição de não-público ou não-usuário de unidades de informação? Ou quando estes, complementarmente, se encontram em contextos de desigualdade e de invisibilidades social? Noutras palavras, como pensar o estudo das práticas informacionais dos sujeitos quando na condição, p. ex., de ralé estrutural como não-público?

3 PRAXIOLOGIAS RESTRITIVA OU RECEPTIVA

A presente seção objetiva abordar a ralé estrutural como não-público e situações de agências de modo a refletir sobre possíveis desafios para os estudos das práticas informacionais, identificando espaços de atuação em termos de praxiologias restritiva ou receptiva.

A aceção de ralé estrutural serviu de contraponto para Rabello e Almeida Junior (2020, p. 19-20) refletirem sobre o conceito usuário de informação, quando pensado no contexto das unidades de informação. Este último conceito desconsidera, segundo os autores, a condição de desigualdade e de invisibilidade dos sujeitos, já que tende a “[...] desatender o sujeito que não goza de algum capital econômico e cultural socialmente aceito.” Conforme esse entendimento, a ralé estrutural forma “[...] o montante do não-público das unidades de informação.”

O termo não-público foi utilizado por Flusser (1980) no sentido de colocar como foco a impossibilidade de a maioria da população usufruir, em parte ou totalmente, bens artísticos e culturais. Independe, por assim dizer, do desejo de fazê-lo ante o espaço ou os recursos e serviços oferecidos. Para o não-público lhe é cerceada essa possibilidade de fruição artística e cultural.

O não-público concebido por Flusser (1980) também corresponde ao contexto da biblioteca; por essa razão, conforme acrescentam Rabello e Almeida Junior (2020), igualmente pode ser pensado em termos de não-usuário(s). No entanto, para Flusser, o não-público foi pensado no cenário de uma instituição em particular, naquilo que denominou de biblioteca tradicional.

Nela, o impedimento de utilização de bens culturais pode ser gerado pela instituição de mediação da informação e da cultura; ou seja, ela própria – a instituição – pode gerar o não-público. Para a instituição de mediação, o não-usuário é aquele sujeito impossibilitado de usufruir do espaço e dos recursos e serviços informacionais oferecidos. Tal impossibilidade de utilização pode ocorrer em virtude da

“ausência” de algum atributo ao não-usuário (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

Nesse sentido, pode-se dizer que a “ausência” de determinados atributos simbolicamente aceitos auxilia a definir não-público também em termos de ralé estrutural. Para esta última classe haveria a carência de capital econômico e dos capitais social e cultural, aceitos e valorizados pela sociedade. Portanto, as carências relativas à posição dos sujeitos em classes sociais também definem o não-público.

Não obstante, as barreiras institucionais auxiliam a observar que a condição de não-público transcende as questões de classe. Existem barreiras diretas e/ou indiretas para a constituição do não-público. Dentre várias barreiras, a unidade de informação pode oferecer obstáculos linguísticos ou de linguagem, afastando pessoas analfabetas, ao só disponibilizar o texto escrito, ou ao somente oferecer manifestações culturais aceitas ou acessíveis pelas classes privilegiadas. A unidade de informação pode possuir, ainda, barreira arquitetônica, ao não oferecer acessibilidade às pessoas com deficiência, aos idosos etc. e/ou quando não permite a entrada de pessoas trans em banheiros e/ou o acesso de pessoas com determinados trajés.

Nesses termos, mesmo o usuário em potencial – pertencente às classes privilegiadas – pode ser içado à categoria de não-público. Além disso, o contraste entre usuário de informação e não-público aponta para desafios ético-políticos para o ensino e a pesquisa nas ciências da informação e da documentação, culminando em desafios para atuação profissional em unidades de informação.

Há desafios – apontados por Flusser (1980) e reiterados por Rabello e Almeida Junior (2020) – que precisam ser enfrentados, como a necessidade de as instituições tradicionais deixarem de trabalhar *para* o usuário e passarem a fazê-lo *com* a comunidade (considerando também o não-usuário); ou de as instituições deixarem de ser implantadas na comunidade, passando a ter uma atuação orgânica; ou passarem a fomentar uma “[...] conexão crítica com a ‘cultura

do passado', [...] para dar voz ou protagonismo à ralé estrutural como público." (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 20).

A situação da ralé estrutural como não-público traz um problema ético-político-epistemológico inerente ao conceito de usuário de informação, quando pensado no contexto das unidades de informação ou, noutras palavras, no contexto dos sistemas de mediação da informação.

A ralé estrutural como não-público desvela algo que as áreas de biblioteconomia e ciência da informação, ao priorizar o usuário de informação, tendem a desconsiderar. A invisibilidade e a desigualdade social estão encobertas sob o véu do conceito de usuário de informação como um "tipo ideal", um imperativo teórico. Tal conceito sintetiza os atributos materiais, ideológicos e simbólicos das classes alta e média. Nele quase não há lugar para relações ou conflitos de classe. Nesse contexto, quando o usuário é potencial há a expectativa de alçá-lo a usuário real, pois aquele, de antemão, possui algum capital econômico e/ou cultural para tanto. Nesses termos, a ralé estrutural como não-público, sem dispor de tais atributos, praticamente inexistente ou, sequer, é colocada no horizonte. (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, p. 20).

O cotejo conceitual entre usuário de informação e ralé estrutural como não-público levanta questões para o estudo das agências informacionais quando realizado por pesquisadores para compreender os fenômenos e/ou para subsidiar ações de profissionais de informação que trabalham criando, mantendo e/ou ofertando serviços e recursos em unidades de informação. Nessa perspectiva, corre-se o risco de se considerar práticas sob uma praxiologia restritiva, que

apenas contempla sujeitos com atributos das classes privilegiadas, encarnados no termo usuário de informação.

Os estudos de “informação e comunidade” e/ou de “usuários e não-usuários” oferecem caminhos com um escopo ampliado (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Podem ser pensados no sentido de uma praxiologia receptiva, que considera a variedade de sujeitos e de suas agências. Nesses estudos, a “práxis” recepiona, também, questões de classe social. Assim, eles podem se preocupar com a condição da ralé estrutural como não-público, mas no sentido de evidenciá-la ou de apresentar alternativas para transformá-la em público.

Todavia, nesse contexto de receptividade e de alargamento praxiológico, as práticas informacionais podem ser estudadas como um fenômeno social sem necessariamente ter como horizonte alguma aplicação – ou seja, gerir, manter ou aperfeiçoar sistemas, produtos e serviços de informação –, ainda que, em última instância, o conhecimento produzido possa ser relevante em contextos institucionais de mediação.

Apresentam-se, a seguir, estudos que apontam para uma praxiologia receptiva de sujeitos e suas práticas. Isso pode ocorrer em ambiências diversificadas, em situações para além dos contextos profissionais, apreciando a vida cotidiana e podendo acolher diferentes estratos sociais.

O estudo de Caidi, Allard e Quirke (2010)¹⁰ aborda práticas informacionais de imigrantes, apresentando investigações que desvelam barreiras e dificuldades de

¹⁰ A revisão de Caidi, Allard e Quirke (2010) se diferencia dos demais trabalhos publicados pela *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)* – entre 1966 a 2009 – sobre o campo que se estabeleceu, no Brasil, com o nome de estudos de usuários. Até 1990, as revisões da *ARIST* publicaram investigações sobre necessidade, busca e uso da informação e, a partir de 2001, passaram a agregar abordagens sobre comportamento e práticas informacionais em contexto (RABELLO, 2013). Contudo, o fizeram sem mencionar, no título da revisão, uma determinada categoria de grupo, como foi o caso dos imigrantes na revisão de 2010. Estudos sobre práticas informacionais passaram ganhar proeminência nas revisões da *ARIST* do final da primeira década de 2000, como é o caso da revisão de Courtright (2007).

acesso à informação, como as estruturais (de tecnologia, de língua) e sociais (dificuldades de comunicação, valores culturais, isolamento). Ao reconhecer a relevância do tema, a revisão de literatura traz investigações que visam fornecer subsídios aos profissionais de informação para que obtenham dados a respeito de como imigrantes buscam, acessam e utilizam informações, quais suas necessidades e quais práticas adotam ante as barreiras enfrentadas na vida cotidiana.

A revisão sobredita trouxe critérios orientadores para a formulação e aplicação de políticas de imigração no Canadá, quais sejam: familiar (consanguinidade com cidadãos do país anfitrião), refugiado (questões humanitárias) e econômico (adaptação ou utilidade ao sistema produtivo no país). Este último representa a maioria de casos identificados naquele país e a partir dele se prioriza um sistema de pontos no qual são valorizados fatores como situação econômica, habilidade linguística, experiência de trabalho, idade etc.

Apesar das implicações relativas ao imigrante em um contexto cultural a ele diferente ou estranho, os três critérios para a admissão e permanência do imigrante tocam, direta ou indiretamente, questões ou privilégios de classe. O capital social (familiar e/ou redes de colaboração no país anfitrião e/ou advindo desde o país de origem ou de outros) soma-se aos capitais cultural, econômico e político, onde se valorizam, p. ex., formação, conhecimento e experiência técnico-profissional, habilidades linguísticas, comunicativas, de adaptação à nova cultura, às normas e regras cívicas etc.¹¹

A pesquisa de Kalms (2008) explora como e por que uma família assume o controle de informações, abordando o ambiente doméstico como um lugar de consumo e gestão de informação. A casa, nesses termos, se configura como um

¹¹ Ainda que os modos de capitais não tenham sido abordados em termos bourdieusianos – exceto em uma aproximação das interpretações aos conceitos de capitais econômico e social –, os problemas descritos por Caidi, Allard e Quirke (2010) se traduzem em barreiras para o estudo das práticas informacionais, algo que pode ser observado em termos de “integração”, “inclusão/exclusão” e “residência” dos imigrantes.

sistema no qual os sujeitos lançam mão de recursos, serviços e tecnologias informacionais. O autor estudou as práticas informacionais de chefes de família na Austrália, mediante a análise dimensional proposta por Schatzman. Chegou-se a dois processos de habilitação e nove dimensões de ação, por intermédio dos quais foi possível observar que as práticas “representam uma ordem negociada para processamento e gerenciamento de informações em uma casa.” (KALMS, 2008, tradução nossa).

O estudo de Floegel e Costello (2019) investiga práticas de informação de pessoas *queer*¹² em mídia de entretenimento, considerando, especificamente, conteúdos ficcionais e de não-ficção criativa, veiculadas em filmes e na televisão. A identidade dos sujeitos na relação com os meios e as práticas inclui aspectos como busca, satisfação, consumo, validação, avaliação e apuração de fatos. Revelam aspectos positivos e negativos não apenas nas práticas das pessoas *queer* tocantes às mídias de entretenimento, mas também em suas experiências em acessar os conteúdos em instituições de informação.

À luz de uma praxiologia receptiva – em cujas práticas podem ser estudadas em contextos múltiplos, em agências de sujeitos diversificados – quais convergências podem ser apontadas nos estudos sobre imigrantes, donos de casa e pessoas *queer*? Adiante seguem ponderações de ordem epistemológica e teórico-metodológica, com alcance conceitual e ético-político, também relativas a questões de práticas no cenário de classes sociais, algo de interesse para a reflexão sobre a ralé estrutural como não-público.

Os três estudos sobre práticas informacionais demonstram o emprego de uma praxiologia receptiva. Dois

¹² Conforme explicam Floegel e Costello (2019), a palavra *queer*, para além de ser uma expressão pejorativa – quando abordada como uma manifestação homofóbica no sentido literal das palavras “estranho”, “ridículo”, “desviante”, “aberração” etc. –, tem se apresentado como um termo construcionista para tratar de aspectos de gênero e sexualidade em contextos socioculturais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, dentre outras (receptionados pela sigla LGBTQI+).

dos estudos – sobre imigrantes e pessoas *queer* – investigaram temas e sujeitos que podem sofrer situações de desigualdade e invisibilidade social. Conquanto o direcionamento não tenha sido o de estudar as práticas de usuários de algum sistema de informação específico, os autores admitiram a relevância dos resultados para aplicação em instituições.

Em relação ao lugar dos sujeitos priorizados, ainda que situados no espaço e no tempo, existe um aspecto definidor nos três estudos exemplificados. Os sujeitos foram investigados no contexto de países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália, algo que pode influenciar ou ser definidor da abordagem da pesquisa. Apesar de aspectos sobre desigualdade social serem relevantes para estudos em distintos contextos, faz-se necessário observar que o conceito de *ralé* estrutural de Souza (2011) tem como aspecto orientador características e construtos desenvolvidos no âmbito do pensamento social brasileiro. Portanto, está inscrito no bojo dos problemas histórico-sociais enfrentados na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Nos estudos exemplificados, as pessoas e suas práticas no ambiente familiar e doméstico, sejam elas *queer* ou não, podem ser analisadas à luz de problemas sociais. Barreiras sociais, para pessoas *queer*, podem estar associadas, p. ex., a preconceitos. Dificuldades informacionais no ambiente doméstico – quando analisadas, p. ex., a partir de famílias com baixa renda – tendem a ter alguma associação com questões relativas à estrutura de classes. Já para o estudo sobre práticas de imigrantes, conforme observado, a dimensão da classe social tende a ser relevante, quando são considerados, p. ex., capitais cultural, social e econômico para aceitação ou permanência do imigrante no país.

Para além do contexto do imigrante, da pessoa *queer* e do dono de casa, se a *ralé* estrutural como não-público fosse considerada em um estudo de práticas informacionais, seria possível investigar o não-usuário – pertencente a determinada comunidade – em sua relação com a informação.

Portanto, a perspectiva das práticas informacionais poderia acolher estudos das agências de sujeitos – ao mesmo tempo – imigrantes, *queer*, donos de casa e pertencentes à ralé estrutural como não-público. A transversalidade praxiológica observada no exemplo demonstra sua receptividade ao acolher sujeitos e suas práticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre práticas informacionais têm apresentado abordagens teórico-metodológicas profícuas para o alargamento do alcance praxiológico.

A expressão “estudo de usuários” – quando pensada em contextos tradicionais das unidades de informação – tende a condicionar a investigação em uma praxiologia restritiva. Isso porque a acepção de usuário de informação, naquele contexto, carrega determinantes conceituais que induzem a desconsiderar, p. ex., a questão social da ralé estrutural como não-público.

A praxiologia restrita ao usuário (real ou potencial) de uma unidade de informação tradicional pressupõe que o sujeito estudado somente o será por trazer consigo atributos os quais, por vezes, estão expressos em capitais acumulados e valorados socialmente. O pesquisador e/ou o profissional, nesse cenário, estuda as práticas no sentido de atuar *para* o sistema de mediação ou *para* o sujeito a quem a informação ou a “cultura do passado” será mediada.

A praxiologia receptiva – de sujeitos e práticas diversas – igualmente contribui com o campo das ciências da informação e da documentação, mas podendo considerar distintos estratos e contextos sociais. Ela o faz tanto em termos de ciência básica ou fundamental – para compreender o fenômeno, mas sem a necessária intenção de aplicação –, como para fundamentar e/ou subsidiar a aplicação em instituições e unidades de informação.

Neste último caso, pesquisador e/ou profissional pode(m) investigar as práticas com vistas a atuar não apenas *para*, mas também *com* a comunidade. Nessa direção, há a

possibilidade de se trabalhar organicamente junto à comunidade, promovendo uma mediação crítica da informação e da “cultura do passado” e dando voz e protagonismo, p. ex., à rale estrutural, aos negros, aos indígenas, às pessoas LGBTQI+, às pessoas com deficiência etc., no sentido de considerar os sujeitos como público.

Nos estudos das práticas informacionais, como em qualquer estudo, as escolhas epistemológicas e teórico-metodológicas serão também ético-políticas. Isso porque trabalhar com uma praxiologia restritiva ou receptiva de sujeitos e suas práticas reflete ou contrasta com a visão de mundo do pesquisador e/ou do profissional e implica restringir ou ampliar o escopo de sujeitos. Com efeito, tais escolhas do pesquisador e/ou do profissional darão a régua e o compasso para a definição de quem deve ou pode ser estudado. Demarcam quais sujeitos e quais práticas informacionais serão priorizadas, silenciando e invisibilizando uns, dando voz e trazendo ao cenário outros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.
- ARAÚJO, C. A. Á. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In*: ALVES, E. C. A. *et al.* (Org.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020. p. 18-73.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A. N.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu**: escritos em Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69.
- CAIDI, N., ALLARD, D.; QUIRKE, L. Information practices of immigrants. **ARIST**, v. 44, p. 491-531, 2010.
- CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enlace**: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Año 4, n.1, p. 11-29, 2007.

COURTRIGHT, C. Context in information behavior research. **ARIST**, v. 41, n. 1, p. 273-306, 2007.

CRUZ, R. C.; ARAÚJO, C. A. Á. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos Ibero-Americanos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2020.

FLOEGEL, D.; COSTELLO, L. Entertainment media and the information practices of queer individuals. **Library & Information Science Research**, v. 41, n. 1, p. 31-38, 2019.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.9, n.2, p. 131-138, set. 1980.

KALMS, B. Household information practices: how and why householders process and manage information. **Information Research**, v. 13, n. 1, 2008.

LUCAS, E. R. O.; SILVEIRA, M. A. A. (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p. 152-184 out./dez. 2013.

RABELLO, R. Sujeito e agências informacionais: comportamento, prática e ação. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (Org.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília: IBICT, 2017.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020.

RENDÓN-ROJAS, M. Á.; GARCÍA CERVANTES, A. L. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 33, p. 30-45, 2012.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

APÊNDICE

Quadro – Parte de conceitos correspondentes ao *habitus* bourdieusiano.

Poder simbólico	Subordinado a outras formas de poder. É difícil de ser reconhecido já que é transformado, transfigurado, mas nem por isso deixa de ser legitimado. Ele é invisível e “[...] só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (1989, p. 7-8).
Violência simbólica	Depende das relações de poder “[...] material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações.” (1989, p. 11). Exerce, para algum modo de dominação de uma classe sobre outra, função instrumental de imposição ou de legitimação política e de poder simbólico.
Capital simbólico	Ou distinção, prestígio, reputação, fama, etc. É “[...] a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (1989, p. 134-135). Nesses termos, o modo de disposição do capital é reconhecido quase que automaticamente ou percebido “[...] por um agente dotado de categorias de percepção [...]” (1989, p. 145).
Capital econômico	Medido em termos materiais. A “[...] hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos.” (1989, p. 135).
Capital cultural	Advém da nem sempre visível “transmissão doméstica”, somada ao investimento de tempo, para além, mas em relação, com o ganho e o investimento monetário (1989, p.73). Ele pode existir sob três formas: “[...] no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas [...]; e, enfim, no estado institucionalizado, [sob a forma de diplomas e certificados escolares].” (1989, p.74).
Capital social	É “[...] o conjunto de recursos ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede <i>durável de relações</i> mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, <i>à vinculação a um grupo</i> , como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles

	<p>mesmos), mas também são unidos por <i>ligações</i> permanentes e úteis. [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende [...] da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado." (1998, p.67).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bourdieu 1989 e 1998.